

Ralph Miliband

Socialismo & ceticismo. Trad. Ivone Benedetti. Bauru, SP: Edusc;
São Paulo: Unesp. 200. 295 p.
Caio Navarro de Toledo (professor do IFCH, Unicamp).

I. Publicado poucos meses após o falecimento de Ralph Miliband, ocorrido em maio de 1994, *Socialismo & ceticismo* pretende ser uma “argumentação racional em defesa do socialismo”. Nos anos seguintes ao desmoronamento da URSS e ao colapso dos “regimes comunistas”, setores conservadores, liberais e de esquerda, por razões diversas, vieram a questionar ainda mais radicalmente a validade e a pertinência do socialismo. Observa o autor que o “conservadorismo epistêmico”, outrora característica essencial do pensamento de direita, passou agora a predominar também no seio da intelectualidade e da política de esquerda. Para os autores afinados com os chamados pós-marxismo, pós-modernismo e pós-estruturalismo, o *socialismo* – como qualquer outra “metassaga” que admita uma radical e total transformação da realidade social – nada mais seria do que uma perigosa ilusão, devendo, pois, ser recusado radicalmente. De outro lado, o pensamento dos liberais e dos conservadores convergem quando – proclamando o “fracasso do comunismo” – decretam que o capitalismo e sua democracia, apesar de todos os seus defeitos, seriam infinitamente preferíveis ao socialismo.

O autor busca demonstrar – numa direção semelhante àquela empreendida pelos trabalhos de Alec Nove (que difundiu a noção “socialismo possível”) – que o socialismo deve ser concebido como uma nova ordem social, inteiramente exequível no mundo atual, “cuja realização é um processo que pode se estender por várias gerações”, passível até de nunca se concluir (sic). Em nome do *realismo*, o marxista inglês vai abdicar da idéia de uma sociedade comunista, em favor de um socialismo nunca acabado, pois sujeito a permanentes mudanças e aperfeiçoamentos. Um socialismo como concepção-limite.

II. A argumentação de Miliband se constrói em torno de duas proposições distintas e autônomas, mas que deveriam se vincular: a) *o capitalismo é um obstáculo estrutural à resolução dos males produzidos por seu próprio desenvolvimento*; b) *o socialismo pode se constituir na alternativa real às contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista*.

É inegável o apelo que o autor faz às categorias éticas no questionamento à sociabilidade instaurada pelo capitalismo. Em todo seu estudo, nunca se utili-

za dos conceitos da crítica da economia política para revelar os limites, os impasses e as crises estruturais a que está sujeito o desenvolvimento econômico e social sob a lógica do capital. Mas isto não significa que sua análise tenha um caráter moralizante ou idealizante*. *Socialismo & ceticismo* passa a se constituir num texto mais instigante e controverso quando busca delinear as características econômicas, sociais e políticas do “socialismo factível” e das exigências e problemas que poderão implicar a sua realização histórica. Não deixando de reconhecer as conquistas alcançadas pelos regimes Comunistas – particularmente, nos seus primeiros anos, nos campos do crescimento econômico, tecnológico, educacional, saúde etc. –, o autor adverte que o socialismo não pode ser confundido com tais regimes. Tomando como contra-exemplo os regimes Comunistas**, Miliband busca então esclarecer o que o “socialismo não deve ser”. O “modelo” de regime Comunista tinha, a seu ver, duas principais características: de um lado, uma “economia de comando extremamente centralizada”, com um sistema abrangente de planejamento minucioso e coercitivo; de outro, um sistema político controlado pelo Partido Comunista que detinha o monopólio do poder sobre o conjunto da sociedade. Distinguindo-se, pois, dos regimes Co-

munistas, o socialismo – a partir das propostas contidas nos escritos dos clássicos do marxismo – apresentaria três temas nucleares: “democracia, igualitarismo e socialização de uma parte predominante da economia”.

Adverte, no entanto, que “o socialismo, mesmo numa versão sóbria, demorará muito ainda para vir ao mundo”. Assim, de princípio, o autor abandona a clássica noção de Comunismo, como “etapa superior do socialismo”; para ele, deve-se buscar um “igualitarismo aproximado”. É possível e razoável propugnar a eliminação das desigualdades mais flagrantes em todas as esferas da existência social (renda, riquezas, poder e oportunidades), mas não a “igualdade perfeita”. Diante da clássica objeção de *reformismo social-democrata*, o autor argumenta que não se trata de melhorar nem aperfeiçoar a ordem capitalista. Visa-se transformar em profundidade a economia e a democracia através de um processo, lento e difícil, sujeito, inclusive, a retrocessos e desvios de rumos, se as circunstâncias e a correlação de forças sociais assim o exigirem.

III. Nos capítulos iniciais de seu livro, Miliband esboça as tarefas de um governo comprometido efetivamente com esse processo radical de transformações. No plano político, defende a *radicalização*

* Embora não seja aqui o lugar para tematizar o assunto, é de se indagar se os marxistas, no exame crítico do capitalismo e na discussão sobre o socialismo e o comunismo, podem prescindir de noções de natureza ética e ideológica. Se a análise científica é pressuposto e condição decisiva, a luta anticapitalista, no entanto, não se realiza apenas através de conceitos rigorosos e precisos. Valores, ideais e sentimentos mobilizam homens e mulheres em suas lutas políticas e sociais.

** Com C maiúsculo, como faz questão de anotar e esclarecer: “Comunismo não tem, acredito, nenhuma relação com o que Marx entendia por comunismo, tipo de sociedade distante no tempo marcada por abundância, igualdade e harmonia”.

da democracia; no entanto, não explora as possibilidades das propostas contidas em trabalhos clássicos do marxismo, tais como a democracia dos conselhos, a fusão dos órgãos executivos e legislativos, a imperatividade dos mandatos e a sua revocabilidade *ad nutum* etc. O autor entende que o socialismo deve ampliar e aprofundar as instituições existentes na democracia capitalista. Enquanto no capitalismo o Estado é um obstáculo decisivo na consecução de reformas que ponham em risco as estruturas de poder e privilégio, o governo socialista deve ser democrático, mas suficientemente *forte* para propor e conduzir as mudanças que seu programa expôs publicamente à sociedade. Reforma da administração da justiça (rápida e barata), democratização da administração pública (eleição de juízes, dos chefes de polícia, dos altos e médios escalões da burocracia pública), reformas políticas e eleitorais que permitiriam a constituição de governos colegiados (instituição do princípio da “liderança coletiva”) e maior representatividade do eleitorado popular, fortalecimento do executivo a fim de poder lidar contra ações de grupos que atentem contra a ordem constitucional etc. são propostas defendidas pelo autor. Ressalta também a necessidade de profundas mudanças na estrutura e controle dos meios de comunicação. Admitindo-se a existência de um setor de cooperativas e de um setor privado, entende que o setor público – “com alto grau de autonomia” – deveria ter nítida primazia na gestão dos meios de comunicação de massa.

Estamos no reino das boas intenções? indaga o próprio autor. Certamente, desde que se acredite na possibilidade dessas mudanças em plena ordem capi-

talista. *Os socialistas, ao contrário, partem da premissa de que a construção da democracia socialista será impossível enquanto os principais instrumentos de atividade econômica estiverem sob controle privado.*

IV. No plano econômico, o governo socialista teria “uma forte vocação intervencionista”. Contraindo-se ao consenso neoliberal que contagiou amplos setores da auto-intitulada “esquerda democrática”, Miliband afirma que se deve buscar uma contínua transferência de empresas do setor privado para o público. Da mesma forma, isso deveria ocorrer com o sistema bancário e as instituições financeiras, pois, adverte, “não pode ser considerada democrática a sociedade cujas decisões financeiras cruciais sejam tomadas por pequenos grupos sem nenhuma credencial democrática, cuja principal preocupação é a lucratividade das instituições que comandam, gozando de notável grau de liberdade em relação à ‘interferência’ governamental”. O autor mostra como foi avassaladora e eficiente a campanha ideológica anti-socialista – favorecida pelas experiências dos regimes Comunistas – sobre a “ineficiência”, “irracionalidade” e “obsolescência” das empresas públicas. Tomando como exemplo os países asiáticos, em particular o caso do Japão, argumenta Miliband que os traços (negativos) acima não são inerentes à empresa pública. Valendo-se de alguns estudos sobre a propriedade pública em países da Europa ocidental, pode-se argumentar que as empresas de propriedade estatal podem ser tão eficientes quanto as empresas do setor privado.

O objetivo é alcançar a socialização de uma parte predominante dos meios

de atividade econômica, ao lado da expansão de um importante setor cooperativo e de um setor privado de pequenas e médias empresas (fornecimento de bens, prestação de serviços e lazer). Mas, deve-se estar advertido de que um programa substancial de *socialização* (ou *desprivatização*) apresentará muitas resistências. Um governo socialista precisa pensar a longo prazo e encarar a socialização como um processo demorado, realizado com planos bem traçados e flexíveis.

A exigência de flexibilidade leva o autor a admitir a combinação de planejamento (planos *impositivos* e *indicativos*) e forças de mercado. O planejamento preconizado implicaria a “proposta de metas para setores-chaves da economia, abrangendo infra-estrutura, serviços públicos e outros elementos importantes do processo produtivo, com a oferta também de formação profissional, educação e vários tipos de serviço”. Sem maior justificação teórica, no entanto, admite a presença do mercado desempenhando um papel secundário na economia, pois a submissão da sociedade às forças de mercado, pondera, eqüivaleria à abdicação do governo “à responsabilidade pela decisão quanto ao que precisa ser feito pelo bem comum e pela obtenção de justiça social”. Adotando a noção de “*desmercadoização*”, acredita que no socialismo a “área de *desmercadoização*” (como propõe Nove, “saúde, educação, habitação, correios, transporte público urbano, proteção ambiental, água, iluminação etc.”) deveria ser gradativamente ampliada; mas esclarece que isso não deve implicar uma “ditadura sobre as necessidades”, posto que a “*desmercadoização*” não é incompatível com a oferta de bens e serviços que se submeteriam ao mercado.

O princípio organizador de uma economia socializada seria a satisfação das necessidades individuais e coletivas, sendo as prioridades definidas democraticamente. A exploração não teria lugar na empresa pública e no setor de cooperativas; persistiria remanescente no setor privado, mas estritamente controlada. Obtenção do pleno emprego, encurtamento da semana de trabalho, diminuição da idade de aposentadoria, proliferação dos serviços etc. seriam prioridades do governo socialista. A libertação da sociedade da dominação do capital é a condição essencial para a criação de uma ordem social que torne possível um grau de cooperação e harmonia inatingível no capitalismo.

V. Sendo decisiva a participação popular para o avanço e a consolidação do projeto socialista, afirma Miliband que o apoio dos assalariados e das classes médias baixas é de primordial importância. A classe trabalhadora certamente não tem uma “essência” revolucionária e é inegável que alguns de seus setores aceitam orientações políticas reacionárias (grupos racistas, sexistas etc.); no entanto, também é incontestável o fato de que “a grande maioria dos trabalhadores organizados sempre demonstrou forte resistência a partidos e movimentos de extrema-direita”. Ao contrário, uma grande parte da classe trabalhadora tem dado apoio a partidos de esquerda que prometem mudanças sociais de longo alcance. Para Miliband, os próprios conservadores bem sabem que – longe de se constituir em massa amorfa hipnotizada pelo consumo – a classe trabalhadora “continua sendo potencialmente perigosa”. Observa que, em determinadas cir-

cunstâncias, conquistas sociais deixaram de ocorrer porque as lideranças de esquerda ou os próprios governos socialistas decidiram ser mais “sensatos”, assumindo posições de recuo em vez de lutar por maiores conquistas. Partidos de esquerda, que tenham a capacidade de construir amplas coalizões como os novos movimentos sociais (construir uma “síntese entre o vermelho e o verde”), continuam tendo papel decisivo como instrumento potencial, se não real, do avanço socialista.

Miliband tem plena consciência de que um governo popular terá de enfrentar sistemáticas e permanentes resistências. Desta forma, critica os autores de esquerda – como Nove e outros – que abstraíram essa realidade. Assim, enquanto os “revolucionários” tendem a subestimar “o que é possível fazer no âmbito da democracia capitalista”, os social-democratas, por sua vez, “fecham os olhos” para a gravidade dos obstáculos. Resistências virão do Estado e fora dele – do Judiciário, do Parlamento, do empresariado, dos órgãos de inteligência e das Forças Armadas, de setores da sociedade civil (meios de comunicação, Igrejas, grupos neofascistas etc.). Em face desta realidade, o governo socialista deveria adotar uma política que combinasse *firmeza com flexibilidade*. Ou seja, não se deve desviar dos compromissos básicos, mas é preciso ter a *virtu* de buscar acordos fora de suas fileiras. Os exemplos do governo socialista da Grécia (1967), do golpe contra Allende

no Chile (1973) e dos recuos do governo Mitterrand na França (1981) são invocados; no entanto, pouco se avança na discussão sobre a transição ao socialismo a partir desses casos bem como das sugestões inspiradas em Maquiavel*.

Ressalte-se também que Miliband não deixa de reconhecer obstáculos no plano mundial: certamente o FMI, o Banco Mundial e demais organismos financeiros internacionais não teriam nenhum interesse em ver prosperar um governo socialista. O autor, no entanto, considera que é “falta de visão” considerar irrefutável que o predomínio das ortodoxias neoliberais durará indefinidamente; com o declínio do poder econômico dos EUA, tais organismos certamente deixarão de ter o poder que no momento apresentam na cena mundial. A esquerda no governo precisa impor medidas que protejam suas economias nacionais: controle cambial, controle dos fluxos financeiros, repúdio às restrições comerciais impostas pelo GATT etc. O Estado, nessa perspectiva, deve ter força para promover as transformações econômicas, sociais e políticas requeridas pelo programa socialista; inclusive, para que o governo possa se manter e se consolidar. Neste sentido, o governo socialista não deveria hesitar em lançar mão de poderes especiais para fazer o que for necessário para lidar com situações de crise e de emergência, “como também para enfrentar ações ilegais, muitas vezes de natureza violenta”, provocadas pelos setores anti-socialistas.

* Significativa é a epígrafe do livro, retirada de *O Príncipe*. Nela, Maquiavel adverte que muitas são as dificuldades enfrentadas pelo reformador que busca criar uma “nova ordem de coisas”. Enquanto os favorecidos pela nova ordem são tíbios em sua defesa, os prejudicados têm as leis e os hábitos antigos ao seu lado contra as mudanças em curso.

O governo socialista precisa contar com maciça adesão popular – desde sua assunção ao poder e durante todo o seu mandato. Para que isto possa acontecer, torna-se necessário que sua política, desde o início, contribua para melhorar efetivamente as condições de vida das grandes maiorias em todos os planos da vida social. O governo popular, afirma Miliband, deveria executar essa tarefa com o mesmo espírito que os governos capitalistas enfrentam as guerras.

Diante da objeção que considera ser um contra-senso a tese da realização do “socialismo num só país”, o autor afirma que “é possível um governo socialista avançar no processo sem ficar à espera da revolução mundial, mas, por outro lado, é óbvio que, quantos mais governos socialistas subam ao poder e ajam na mesma direção, maiores (seriam) as probabilidades de cooperação e ajuda mútua, facilitando-se assim o processo”.

VI. Socialismo & ceticismo é um argumento racional pelo socialismo que investe na ação política e na luta ideológica (tarefa da “anti-hegemonia” em que os intelectuais socialistas têm um papel relevante). A pecha de “socialismo reformista” certamente lhe será atribuída por alguns de seus leitores. A rigor, esta crítica não seria inteiramente arbitrária, notadamente pela ausência de qualquer discussão sobre a exigência (ou não) da revolução na luta pelo socialismo. No entanto, seria uma leitura empobrecedora

do livro magnificar este juízo. Estamos diante de um texto inteligente e provocativo, pois contribui para levantar novas interrogações e questionar as certezas, consoladoras, mas nunca dialéticas. Alguns poderão criticar seu humanismo, o conteúdo ético de suas formulações e os sonhos que daí derivam. Mas, ainda assim, o autor não deixaria de estar na companhia de pensadores revolucionários conseqüentes. Em *Que fazer?*, Lenin observou que “o desacordo entre os sonhos e a realidade não implica mal algum, desde que o sonhador acredite seriamente em seu sonho, fixe-se atentamente na vida, compare suas observações com seus castelos de cartas e trabalhe escrupulosamente para a realização de suas fantasias”.

Contra o ceticismo e o cinismo dos intelectuais, à esquerda e à direita, afirma-se que “não faz sentido acreditar que homens e mulheres que, graças à revolução nos meios de comunicação, *sabem* que há uma vida diferente para ser vivida não tentem, com o tempo, alcançar uma vida diferente e melhor (...) Uma nova ordem social em que democracia, igualitarismo e cooperação – valores essenciais do socialismo – venham a ser os princípios prevaletentes da organização social”. Assentado em bases materialistas, o humanismo militante de Ralph Miliband entende que o socialismo seria o resultado da conjugação de uma *possibilidade objetiva* e de uma *exigência ética*, na melhor tradição dos clássicos do marxismo.

Antonio Gramsci

Cadernos do cárcere, vol. 1, RJ, Civilização Brasileira, 1999, 496 p.
(tradução e introdução de Carlos Nelson Coutinho)
Marcos del Roio (professor da Unesp, campus de Marília)

A imprensa e o mundo acadêmico saudaram, com justificada satisfação, o lançamento dos *Cadernos do cárcere*, título bastante conhecido do ainda mais conhecido revolucionário sardo-italiano, Antonio Gramsci. Em menos de uma semana (no mês de abril deste ano) a *Folha de S.Paulo* publicou dois comentários de destaque sobre o livro, um de Alfredo Bosi e outro de Otavio Frias Filho, chamando atenção para a importância do lançamento. (Isso depois de já haver, em novembro de 1999, dedicado quatro páginas sobre Gramsci e o novo empenho editorial.) O que tem sido de certa forma elidido é uma informação de crucial importância: a de que não se trata da edição crítica dos *Cadernos do cárcere*, organizada no Instituto Gramsci pela equipe de Valentino Gerratana e lançada pela Einaudi editore em 1975, como se poderia esperar, criando-se, assim, uma falsa expectativa.

O livro, que ora vem a público sob o título de *Cadernos do cárcere*, é apenas o primeiro de um conjunto de 11 volumes que comporão as *Obras* de Gramsci, editadas por Carlos Nelson Coutinho, Luíz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, tendo por base – no que tange os *Cadernos do cárcere* propriamente ditos – a edição temática organizada por Palmiro Togliatti cinquenta anos atrás, tendo sido os textos reagrupados e acrescidos de informações e complementos presentes na edição crítica de Valentino Gerratana, além da assimilação de algu-

mas sugestões de Gianni Francioni. Os seis volumes previstos para os *Cadernos* serão completados com três volumes de cartas e dois volumes de escritos do período pré-carcerário.

Mas foi a edição crítica dos anos 70 – de notável celebridade – que apresentou a obra do prisioneiro Gramsci, pela primeira vez, quase na sua inteireza e seguindo uma ordem – na medida do possível – rigorosamente cronológica. Essa edição permitiu uma nova compreensão do pensamento de Gramsci e abriu uma nova série de polêmicas que não podem ser reduzidas a meras questões filológicas, mas que fazem parte de um aceso debate político-cultural.

Foi tão-somente com essa edição que pôde ser perscrutado o antes oculto processo de construção do complexo universo categorial gramsciano e da progressão de suas formulações teórico-críticas, em meio a um conjunto de temas aparentemente díspares. A publicação da edição crítica dos *Cadernos do cárcere* propiciou ainda um reforço significativo na difusão da obra de Gramsci pelos quatro cantos do mundo, incluindo o Brasil. Convém lembrar, no entanto, que, assim como os homens e as mulheres quando migram se encontram com outras experiências e provam outros terrenos de luta, também as obras escritas devem fazer as contas com o ambiente cultural que as recebe.

As anotações do mais importante detido do cárcere de Turi, inimigo irre-

conciliável do fascismo e de toda forma de domínio do capital, têm uma trajetória que se confunde com a projeção do nome de Gramsci como um dos mais fecundos pensadores marxistas do século XX. Se Tatiana Schucht não tivesse se empenhado até o limite para salvar as anotações de Gramsci, logo após sua morte, e para evitar sua dispersão, hoje o nome de Gramsci seria apenas um a mais na vasta galeria de vítimas do fascismo. Enviado para a URSS em 1938, em função da guerra, as notas de Gramsci não puderam ser publicadas, embora Togliatti já as tivesse estudado com empenho.

Com o final da guerra e a derrota do fascismo, os cadernos retornaram à Itália e puderam ter andamento os trabalhos de preparação editorial. Uma seleção de *Cartas do cárcere* foi publicada em 1947, pelos dez anos da morte de Gramsci, e antecipando a publicação dos cadernos que ocorreria entre 1948 e 1951, já no clima da “guerra fria”. A opção de Togliatti e dos editores foi a de separar os trabalhos de Gramsci por temas e publicá-los em seis volumes, com títulos escolhidos na ocasião. O impacto da obra gramsciana foi notável em todos os anos subseqüentes, mas não pôde deixar de ressentir-se do peso condicionante da opção feita pela publicação temática – que já pressupunha uma certa leitura – e também da orientação política do PCI, particularmente após 1956.

Gramsci agora não era mais tão-somente um mártir do fascismo, mas era também um grande intelectual italiano, que refletira sobre os limites do *risorgimento* e antecipara a estratégia da via nacional ao socialismo, conforme idéia que ganhou ampla guarida no conjunto do movimento comunista na segunda

parte dos anos 50, inclusive no Brasil. Com uma grande precedência em relação a outros países mais próximos, em 1966, já instaurada a ditadura militar-burguesa, tem início no Brasil a publicação dos textos carcerários de Gramsci, por iniciativa de Ênio Silveira, editor da Civilização Brasileira. As *Cartas do cárcere*, com tradução e seleção de Noênio Spínola, foram publicadas em 1966, seguidas de perto pela edição da *Concepção Dialética da História*, texto traduzido por Carlos Nelson Coutinho (então com 23 anos de idade). Esse último título foi escolhido por Ênio Silveira, preocupado com a censura, para substituir o nome original da Einaudi editore *O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*.

No ano de 1968 veio a lume o volume *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, traduzido por Luíz Mário Gazzaneo, seguido por *Os intelectuais e a organização da cultura* e *Literatura e vida nacional*, ambos com tradução e apresentação de Carlos Nelson Coutinho. O agravamento da situação política no Brasil, com o aprofundamento do regime ditatorial, não permitiu a publicação dos demais volumes dos *Cadernos do cárcere*, *O risorgimento* e *Passado e presente*. A publicação da obra de Gramsci no formato proposto por Togliatti, graças ao empenho de um editor e de alguns jovens intelectuais ligados ao PCB, incidindo sobre a cultura política predominante no Brasil numa conjuntura que privilegiava a *ação*, não permitiu que se percebesse no revolucionário italiano mais que um teórico da cultura e das superestruturas. O resultado foi que essa iniciativa pioneira teria que aguardar uma outra ocasião para germinar e apresentar seus frutos.

A edição crítica da equipe de Valentino Gerratana foi publicada em 1975, coincidindo com o fortalecimento do PCI e com a proposição do que ficaria conhecido como “eurocomunismo”. Foi o ápice de um período marcante de difusão do nome e da obra de Antonio Gramsci, inclusive em países vizinhos da Itália, nos quais, paradoxalmente, suas idéias não haviam conseguido penetrar. No Brasil, na segunda metade dos anos 70, em função dessa difusão do nome de Gramsci, agora associado ao “eurocomunismo” e aos temas da “sociedade civil” e da “democracia”, e do declínio da ditadura, as obras do revolucionário comunista ganharam uma nova edição e um grande sucesso.

Acompanhando a reedição das obras publicadas nos anos 60, chegou ao Brasil um bom número de textos de “leitores” de Gramsci, em grande parte autores em voga na Itália ou simpáticos ao “eurocomunismo”, mudando o foco das interpretações de Gramsci no Brasil: de um teórico da cultura para um teórico da política que via a “sociedade civil” como locus da “guerra de posição” e da “estratégia democrática” em países do “Ocidente”. A confusão entre luta pela “hegemonia” e ampliação do “consenso” na busca pela democracia – entendida como “valor universal”, segundo a sugestão de Enrico Berlinguer –, indicava claramente a prevalência de uma leitura de Gramsci que poderia facilmente ser identificada como reformista (sem qualquer implicação pejorativa) entre aqueles que compunham o heterogêneo grupo de intelectuais que se empenhavam na difusão do nome e da obra gramsciana no Brasil.

Assim, o momento de maior difusão da obra de Gramsci no Brasil ocorre pelo

influxo da edição temática togliattiana, pela incidência do “eurocomunismo” do PCI e pela reflexão de muitos “leitores” do revolucionário sardo, no Brasil e na América Latina, mas não pela publicação da edição crítica de Gerratana, acessível a poucos. Pensou-se então vislumbrar na complexidade dos escritos carcerários, não só uma chave de interpretação da realidade do continente, como indicativos de como enfrentar as persistentes situações ditatoriais, por um caminho diferente do enfrentamento proposto por setores revolucionários influenciados pelo guevarismo e pelo chamado “terceiro-mundismo”, que em tão grave derrota havia redundado.

Da política, a obra de Gramsci transitou para a academia, onde foi “moda” por algum tempo, incidindo muito no campo da Pedagogia e do Serviço Social. A chave de leitura predominante entre aqueles intelectuais vinculados à tradição pecebista, centrada na categoria de “sociedade civil”, possibilitou que as categorias gramscianas (ou pretensamente gramscianas) fossem absorvidas também por católicos e liberais. O resultado foi que, em breve tempo, gestou-se uma “vulgata” das idéias e do universo categorial de Gramsci, que pode ser encontrada em documentos sindicais, partidários e de movimentos sociais.

O refluxo das idéias de Gramsci e sua vulgarização ocorreu em conexão ao declínio histórico do grande e influente PCI e do frágil e pequeno PCB. Aquele Gramsci lido por um viés de “direita”, visto como contraponto a Lenin e não como uma obra de aprofundamento de uma mesma agenda em circunstâncias de grave derrota da revolução socialista internacional, foi facilmente trocado por

Norberto Bobbio, filósofo italiano continuador da tradição liberal de um Piero Gobetti e Carlo Rosselli. A maior parte daquele grupo de intelectuais, que se vinculou ao desenvolvimento do debate político cultural ligado ao PCI, seguiu um caminho análogo ao da intelectualidade italiana diante da “crise do marxismo”, ou seja procurou em Bobbio ou em Habermas uma via de superação, deixando Gramsci em segundo plano e Lukács abandonado, tendo manifestado sua adesão à dissolução do PCI.

O dilacerante debate ocorrido na Itália sugeria o predomínio daqueles que entendiam ser um autor datado e superado pela história, sendo identificado com o neo-idealismo filosófico e como um antidemocrático. O núcleo da disputa tem ficado no campo das questões filológicas e indica a derrota ideológica do marxismo de Gramsci, teórico da revolução socialista. De outra parte, a polêmica no Brasil se ressentiu fortemente da ausência da disponibilidade da edição crítica dos *Cadernos*, limitado àquela incompleta edição temática, quando não a textos de comentadores, reduzindo a compreensão dos escritos de Gramsci.

As dificuldades editoriais para publicar no Brasil a edição crítica dos *Cadernos do cárcere*, composta por Valentino Gerratana parecem haver estimulado Carlos Nelson Coutinho a intentar uma versão que tem muito de inédito, embora

preserve o fundamento da edição temática. A edição, agora lançada no Brasil, informa o leitor da data de redação dos diferentes cadernos carcerários, como faz a edição lançada pelos Editori Riuniti em 1977, com apresentação de Luciano Gruppi, e separa os cadernos miscelâneos dos cadernos temáticos, conforme a sugestão de Gianni Francioni, crítico convicto da edição de Gerratana.

Essa forma de publicação certamente traz também consigo uma determinada leitura desse que sem dúvida é o maior conhecedor da obra de Gramsci no Brasil. O volume apresenta os cadernos 11 e 10 que tratam de Filosofia e do pensamento de Benedetto Croce, além dos textos dos cadernos miscelâneos que tratam de temas conexos. A pesada dúvida que permanece é se essa edição será capaz de sanar a lacuna de uma leitura da obra de Gramsci que possibilite a compreensão de sua dialética construtiva da crítica do real e dos conceitos, sem que surjam aparentes contradições. Seria a única forma de superar a vulgarização e as leituras ideológicas que se esforçam por fazer de Gramsci um autor de esquerda palatável até para a grande imprensa neoliberal, e que ocultam o continuador da agenda teórica de Lenin – enriquecida pelo nexos com Maquiavel –, defensor da fundação de um Estado operário e da emancipação da humanidade de todos grilhões do capital.

Noam Chomsky

The new military humanism – lessons from Kosovo. Monroe, Common Courage Press, 1999.

João Roberto Martins Filho (professor de Ciência Política da UFSCar).

Desde os tempos da *Ilíada* – onde Páris é chamado de “covarde”, porque sua arma típica era o arco – aqueles que, na guerra, preferiam matar à longa distância eram vistos como soldados de segunda categoria. Como cantavam gregos e romanos, o verdadeiro herói suplantara o inimigo em confrontos nos quais os contendores corriam igual risco. Não por acaso, a lança era considerada a arma por excelência entre os antigos; os guerreiros medievais apresentavam os torneios de arco e flecha somente como distração secundária dos torneios de cavalaria e as armas de fogo, durante séculos, foram desprezadas por permitir ao atirador ferir o inimigo sem risco próprio.¹

Também por este ângulo, a recente intervenção militar na Iugoslávia merece um lugar especial na história da guerra. E, no entanto, por toda parte ouviram-se louvores à eficácia dos comandantes da OTAN, chefiados por Clinton, Blair – e outros “líderes mundiais” menos famosos –, porque mandaram chover sobre a Sérvia, semana após semana, as sofisticadas flechas contemporâneas, disparadas de tal distância e com tal margem de segurança que seria necessário ressuscitar Homero para fazer justiça a esse novo tipo de covardia em “combate”.

O motivo do esquecimento foi, como se sabe, um só: a guerra de 1999,

como nos explicaram à exaustão autoridades, jornalistas e intelectuais, foi um caso diferente. Feita pelos poderosos, seu objetivo foi defender os indefesos. Nesse sentido, o tom das declarações de apoio pode ser sintetizado nas palavras de Vaclav Havel ao *New York Review* de 10-6-99, reproduzidas por Chomsky na página 88 de seu livro: “Há algo que nenhuma pessoa razoável pode negar: esta é provavelmente a primeira guerra que não foi movida em nome de ‘interesses nacionais’, mas em nome de princípios e valores”.

É contra essa tese que se ergue Noam Chomsky em *The New Military Humanism*. Para ele, a justificativa para a intervenção de março de 1999 na Iugoslávia é a mais recente versão do esquema de vestir os rudes interesses das grandes potências com as vistosas vestimentas dos valores universais. Nesse sentido, não há nada de novo entre o céu e a terra.

Como lembrou em outro livro Giovanni Arrighi, a dominação mundial das grandes potências jamais dispensou o recurso à hegemonia, vale dizer, à “capacidade de alegar com credibilidade que (sua) expansão (...) servia não apenas a seu interesse nacional, mas também a um interesse ‘universal’”.² De tal modo, no século XIX, o Reino Unido foi o mais sonoro porta-voz do livre-cambismo, os EUA do presidente Wilson o defensor do

¹ Como se pode ler em Ariosto, Cervantes, Shakespeare e Milton. Ver Martin Van Creveld, *The transformation of War*, New York, The Free Press, 1991, p. 80 e segs.

² *O longo século XX*, Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Unesp, 1996, p. 56.

unimundismo e a potência norte-americana atravessou a guerra fria fazendo-se passar por paladina do “mundo livre”.³

No entanto, o livro parece apontar para um outro aspecto: a julgar pela lista de intelectuais progressistas que apoiaram a guerra, o humanitarismo teve estréia mundial bem-sucedida. Por isso, Chomsky leva o argumento humanitário a sério, vale dizer, como ideologia que merece ser examinada com rigor e criticada com minúcia. Assim, mais do que simples farsa e argumento justificatório, o *humanismo militar* seria, neste final de milênio, o mais sério candidato à ideologia hegemônica do século que se avizinha.

Para o autor, o novo ideário apresenta-se escorado em dois alicerces: por um lado, a idéia de que o mundo pós-guerra fria se divide em dois campos: um pequeno grupo de nações “esclarecidas” e civilizadas (o Norte) e o resto (o Sul, com seu cortejo de nações desordeiras e pouco confiáveis). Para esta imensa maioria dos países, os antigos princípios de soberania e autonomia nacionais perderam totalmente o valor. As próprias noções de direito internacional e de um quadro de arbitramento centrado na Organização das Nações Unidas estariam ultrapassadas.

Por outro lado, o humanitarismo como ideologia vem acompanhado de um imenso esforço da mídia para silenciar as vozes discordantes, que procura expor ao ridículo qualquer intelectual que ouse duvidar das boas intenções de Bill Clinton e Tony Blair. O argumento principal aqui é que não é possível recorrer aos acontecimentos internacionais do período anterior aos anos 90 para denunciar os EUA e seus aliados. No mundo

atual – como disse Havel –, não mais vigoram os interesses. Trata-se de uma nova era, que deve ser analisada dentro de limites temporais bastante precisos.

Grande polemista e excelente filósofo, Chomsky aceita na maior parte do livro este limite. Exime-se assim repetidas vezes de analisar o histórico de violações dos direitos humanos dos países “esclarecidos”. Enfrenta o debate com as armas propostas pelos adversários.

Assim, de início, a pequena obra centra-se no surgimento do novo humanitarismo e defende dois pontos-chaves: 1) o ataque à Iugoslávia foi o motivo efetivamente desencadeador da faxina étnica movida por Milosevic contra os kosovares e 2) a guerra aumentou em escala vertiginosa as baixas no lado sérvio e no lado albanês. Das três opções possíveis diante de situações de violação flagrante dos direitos humanos – a) agir para agravar; b) ignorar a situação e nada fazer e c) mitigar a catástrofe – os EUA e a OTAN escolheram a primeira.

Em seguida, Chomsky faz um histórico da situação na Iugoslávia e no Kosovo na década anterior à guerra. Mostra como a marginalização do problema kosovar na conferência de Dayton (1995) – realizada sob hegemonia dos EUA – levou à radicalização do conflito e ao fortalecimento da alternativa violenta pregada pelos guerrilheiros do Exército de Libertação do Kosovo (ELK). Este, por sua vez, optou claramente pela estratégia de atrair a OTAN para o conflito. O massacre de Racak (15-1-99) forneceu o pretexto final para a intervenção humanitária.

O livro expõe depois as incongruências dos Estados Unidos como campeão

³ Idem, p. 66 e segs.

do humanitarismo. Para ficar apenas nos anos 90, cita o apoio ao sangrento regime da Turquia – o maior comprador de armas do mundo –, a falta de uma atitude clara contra as medidas da Indonésia no Timor Leste, a política americana na Colômbia, a vigorosa recusa dos EUA em assinar o tratado internacional contra as minas terrestres, o abandono da África, entre outros exemplos. Em suma, um humanitarismo de fachada, que desaparece diante de atitudes de países aliados ou de temas que contrariam os interesses da superpotência. Feitas as contas, são raríssimos – e quase sempre acontecem de forma não intencional – os casos de intervenções militares com conseqüências humanitárias.

Por outro lado, ao violar o sistema vigente de direito internacional, a guerra de 1999 abriu um perigoso precedente. Antes da intervenção, os próprios aliados europeus – com a exceção óbvia da Grã-Bretanha – criticaram o belicismo de Madeleine Albright no encaminhamento da questão do Kosovo. Depois da paz, ficaram evidentes os intuitos dos EUA de não aceitar limites impostos pela ONU à força da OTAN no Kosovo. A unanimidade produzida na mídia mundial preferiu, no entanto, ignorar que a proposta apresentada na conferência de Rambouillet no início de 1999 significava na prática a aceitação pela Iugoslávia de uma intervenção militar da OTAN no Kosovo. Para complementar essa estratégia de silêncio, a proposta alternativa da Assembléia Nacional da Sérvia desapareceu completamente no debate sobre os antecedentes da guerra. De tudo isso, chega-se à conclusão de que não interessava aos EUA explorar a via diplo-

mática. Seus interesses apontavam para a guerra, com o objetivo de fortalecer a OTAN, submeter o vilão Milosevic – e o incômodo exemplo de independência da Sérvia – e mostrar os músculos da superpotência, conseguindo de quebra evidenciar aos americanos que não é hora de desarmar o arsenal construído pelos EUA durante a guerra fria.

Assim, as duas grandes heranças do episódio da Iugoslávia foram o precedente de intervenção à revelia do Conselho de Segurança da ONU e a eficácia do humanitarismo como ideologia hegemônica no limiar do século XXI. O livro termina com citações de algumas vozes dissidentes em cantos afastados do mundo: na Índia, no Egito e em Israel raros intelectuais tentaram mostrar os riscos colocados pela doutrina dos países “esclarecidos”.

De resto, a própria marcha dos acontecimentos desnudou recentemente o novo humanitarismo. No começo de julho deste ano, a BBC de Londres levou ao ar ampla reportagem sobre o relatório da comissão que examinou as condições que cercaram o massacre de Ruanda, em 1994. A principal conclusão: os Estados Unidos e a França poderiam ter evitado o massacre, se apenas fizessem valer sua influência. Clinton e Albright, ainda assombrados pelo episódio da morte de dezoito soldados americanos na Somália, deixaram os africanos à sua própria sorte. Indignado, um dos membros da comissão afirmou: “Pessoalmente, eu gostaria de saber como a senhora Madeleine Albright pode conviver com essas constatações”. A resposta talvez seja simples: guardando antes de deitar a roupa vistosa do humanitarismo. E dormindo o sono dos justos.

Isabel Loureiro

Herbert Marcuse: a grande recusa hoje. Coleção Zero à esquerda. Vozes, 1999.
José Corrêa Leite (editor do jornal *Em Tempo*).

Sob que bases teóricas podemos pensar o socialismo e a revolução nas condições atuais do mundo? As referências para isso são bastante diversas das que prevaleceram na esquerda ao longo de quase todo o século XX – uma era que terminou melancolicamente com o colapso da União Soviética em 1991. Vivemos em uma época histórica nova, profundamente diferente daquela que se estruturava até duas décadas atrás. As tradições teóricas e políticas da esquerda legadas por este período, seus diagnósticos da sociedade e suas propostas são submetidas a um debate renovado, que deve revelar a atualidade ou evidenciar o anacronismo (e os equívocos) de cada concepção.

O pensamento de Herbert Marcuse vem demonstrando uma enorme vitalidade. Nas condições do capitalismo sob a globalização neoliberal, as análises produzidas por Marcuse em *Eros e civilização* na década de 50 e em *O homem unidimensional* na década seguinte – bem como, diga-se de passagem, o elaborado também nos anos 60 por Guy Debord em *A sociedade do espetáculo* – se tornaram referências incontornáveis para pensar o mundo em que vivemos hoje e como organizar aí a luta socialista.

Isso ajuda a entender o espaço que sua obra vem recuperando. Recentemente, os dois volumes de *Cultura e sociedade* (o primeiro com textos dos anos 30 e o segundo com escritos dos anos 60) e a coletânea *Tecnologia, guerra e fascis-*

mo, organizada por Douglas Kellner, que agrupa textos dos anos 40, vieram se somar a outras obras importantes de Marcuse – inclusive *Razão e revolução*, *O marxismo soviético*, *O fim da utopia* e *Contra-revolução e revolta* – publicadas no Brasil nos anos 60 e 70.

Agora, Isabel Loureiro nos brinda com uma importante coletânea de textos do pensador alemão. *Herbert Marcuse: a grande recusa hoje* tem, todavia, um caráter bem diferente das anteriores. Ela compreende textos de Marcuse dos anos 60 e 70, palestras em reuniões com estudantes, ásperas trocas de correspondência com Heidegger (em 1947/48) e Adorno (em 1969), entrevistas (a última de 1980), intervenções em debates e dois artigos de Peter-Erwin Jansen que contextualizam algumas questões. A obra serve de introdução acessível ao pensamento de Marcuse para as novas gerações políticas; a partir destes textos, o leitor pode enfrentar com muito mais facilidade as obras clássicas do pensador da “grande recusa”.

Mas *A grande recusa hoje* é, ao mesmo tempo, uma releitura e uma defesa do projeto político de Marcuse, a partir do reordenamento de seu discurso por Isabel Loureiro. Assim, para além da hábil escolha dos textos, o que cabe destacar é o pensamento que neles se expressa. Ele permite respondermos com clareza à questão de por que Marcuse é importante para a esquerda revolucionária da atualidade.

Em primeiro lugar, porque na grande tradição da Escola de Frankfurt, que cada vez mais se coloca no centro do campo teórico marxista do século XX, Marcuse representa, em oposição a Adorno e Horkheimer, o esforço permanente de articular teoria e prática. Sua obra é, de conjunto, uma elaboração política que se recusa a aceitar, como fazem os autores de *A dialética do esclarecimento*, uma situação de impotência em transformar o mundo; Marcuse procura de todas as maneiras as mediações para viabilizar a luta socialista nas condições adversas da sociedade “unidimensional” (ou “administrada” ou do “espetáculo” ou ainda do “capitalismo tardio”), que empreende uma “dessublimação repressiva”.

Em segundo lugar, porque Marcuse coloca no coração de suas reflexões (e isso fica muito evidente em *A grande recusa hoje*) uma série de questões de enorme candência no debate teórico-político atual. A valorização da redução da jornada de trabalho e do tempo livre, a importância da ecologia, o questionamento do progresso como desenvolvimento das forças produtivas, a problematização do significado das mudanças técnicas, a articulação entre arte e política, o questionamento do papel revolucionário do proletariado e a busca de novos sujeitos revolucionários, a crítica do consumismo e a análise da construção pelo capitalismo de uma subjetividade dócil à dominação, a distinção entre necessidades verdadeiras e falsas, a rebelião contra o sistema, são todos temas fortes no seu pensamento. A obra de Marcuse não envelheceu, ganhando, pelo contrário, uma atualidade renovada.

Em terceiro lugar, porque Marcuse enfrentou com sucesso o desafio de arti-

cular os campos teóricos do marxismo e da psicanálise. Pode, dessa maneira, desvendar o processo dialético pelo qual se dá a formação social da subjetividade e pelo qual essa subjetividade reproduz o sistema.

É neste ponto que recai boa parte das críticas ao trabalho teórico de Marcuse: é possível integrar marxismo e psicanálise sendo fiel a ambos? Mas o que Marcuse fez não foi combinar duas teorias, mas sim articular um marco de análise mais amplo, capaz de integrar os dois campos epistemológicos e teóricos, em que as duas teorias poderiam ser desenvolvidas mas não mais de forma separada. Não é mais possível manter o mesmo otimismo antropológico de Marx depois das descobertas de Freud. Mas também não é possível aceitar a naturalização positivista da psique, pela qual o fundador da psicanálise buscou compreender suas descobertas; a psique é estruturada social e, portanto, historicamente. Daí Eros e Thanatos poderem deixar de ser pulsões de fundo biológico (e, em consequência, invariantes), como em *O mal-estar na civilização*, para se tornarem tendências e potencialidades históricas, uma “segunda natureza” social (como aliás pode ser lida a análise de Norbert Elias do “processo civilizador”).

Em uma entrevista de 1980, reproduzida em *A grande recusa hoje*, Marcuse comentava sobre o movimento feminista: “Tomo como pressuposto que há de fato qualidades femininas que se contrapõem antiteticamente às dos homens. Por exemplo: maior receptividade, maior capacidade emocional, menor violência. Ora, contra isso se objeta constantemente que essas são qualidades produzidas social e historicamente, que ninguém

sabe se pertencem à natureza da mulher. A isso respondo: tanto faz. De qualquer maneira elas estão aí e tornaram-se uma segunda natureza e devem ser valorizadas como uma segunda natureza” (p. 20-21).

Se Marcuse procede da mesma maneira em sua aposta na vitória de Eros, da vida e do amor, através do estabelecimento de uma sociedade emancipada, é por conceber uma história aberta, em que

esta aposta pode ser feita – uma lição importante nestes tempos de passividade e conformismo. Sua antropologia é a única que, incorporando o legado de Freud sem traí-lo, permite que visualizemos uma ordem social que deixe de se basear na repressão, uma sociedade fundada no tempo livre no qual as potencialidades humanas possam ser desenvolvidas e realizadas.

Adalberto Paranhos

O roubo da fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil.

Boitempo Editorial, 1999.

Lucília de Almeida Neves (professora da PUC, Minas Gerais)

A produção historiográfica brasileira sobre o período do Estado Novo é bastante ampla. Na verdade, não só historiadores, mas cientistas políticos, sociólogos e antropólogos têm se dedicado a interpretar o período sob os mais variados ângulos. Proliferam títulos que abordam a referida conjuntura através de análises que tratam do pensamento autoritário gestado e consolidado nos anos Vargas, da questão nacional, da censura, da literatura, do projeto cultural do governo, do planejamento e intervencionismo econômico do Estado, da relação do governo com as diferentes classes sociais, da propaganda estado-novista, da atuação do aparelho coercitivo do Estado, dentre tantos outros temas que compõem um instigante caleidoscópio de realidades múltiplas e integrantes de um período histórico essencial ao entendimento da realidade

republicana brasileira no presente século.

Portanto, escrever sobre o primeiro governo Vargas e, em especial, sobre o Estado Novo, é um desafio real. Corresse, no mínimo, o risco de a abordagem se constituir em um texto recorrente, se não repetitivo. Paranhos não se recusou a enfrentar esse desafio. E o fez com especial renovação e consistência analítica. Seu livro *O roubo da fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*, revisita um tema já explorado, inclusive por algumas obras que se tornaram clássicas.¹ Sua abordagem, contudo, é criativa, instigante e polêmica, trazendo nova contribuição para um melhor e mais embasado conhecimento histórico sobre a obra de Vargas e sobre seu legado para os tempos históricos que sucederam seu primeiro governo como presidente da República brasileira.

¹ Neste caso específico é fundamental a referência ao livro de Ângela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

São duas as melhores surpresas do texto, sem excluir, além disso, a limpidez, o estilo e a fluência da redação que tornam a leitura do livro bastante agradável.

Em primeiro lugar, há que se aludir ao referencial teórico que sustenta do princípio ao fim as análises que compõem o conjunto do livro. Retomando autores e conceitos clássicos do marxismo, Paranhos leva-os a dialogar com novos conceitos criados pela renovação historiográfica que marcou o século XX. Dessa forma, seu campo teórico principal é o do marxismo, traduzido pela presença constante desde a introdução do livro até as suas considerações finais de conceitos tais como: estado, classes sociais, lutas de classes, hegemonia, ideologia. Na verdade, o suporte teórico principal do texto é gramsciano. Incorpora de Gramsci aquilo que ele tem de mais inovador em relação ao próprio marxismo, ou seja, uma abordagem que elege o terreno da política como sendo um espaço fundamental de conflitos, de construção de consensos, de realização da hegemonia e de reprodução da ideologia.

Quanto aos autores cujo campo de análise não é prioritariamente marxista, busca contribuições em Roger Chartier, Roland Barthes, Michel Foucault e Carlo Ginsburg. Desses autores destacam-se principalmente duas contribuições: sobre o conceito de mito, buscada em Barthes, e sobre o de circularidade cultural, fortemente inspirada em Ginsburg.

Em segundo lugar, cabe destacar a utilização criativa de metáforas, a começar pelo próprio título – *O roubo da fala* – e de letras de músicas da época. São palavras ou versos musicais que retratam, através da arte popular, o processo de grande transformação por que pas-

sava o Brasil nos anos trinta: modernização, industrialização, disciplinarização do trabalho, forte sentimento de hierarquia, construção de um projeto de forte identidade nacional... Tudo isso alimentando um processo histórico dinâmico, que se recriava dialeticamente no cotidiano da história, e que considerava como um de seus sujeitos históricos mais ativos as diferentes classes sociais que se relacionavam naquela conjuntura específica. Classes sociais que terão no Estado não só um arguto interlocutor, mas principalmente um ágil sujeito, capaz de incorporar às políticas públicas a voz dos trabalhadores. De fato, para Paranhos, o governo Vargas reconheceu e considerou as reivindicações operárias, mas delas se apropriou, “redirecionando-as” – como elementos integrantes a um projeto econômico que não foi espelho fiel de suas reivindicações.

Após as considerações tecidas, que tratam de aspectos constantes de todo o livro, cabe analisar o que se constitui no ponto nevrálgico, central da hipótese de Paranhos, em torno da qual constrói uma gama de argumentações destinadas a dar-lhe maior consistência. Em resumo, a idéia central do autor refere-se à questão ideológica, que por si mesma se constitui uma tarefa árdua em sua abordagem, pois o terreno da ideologia pode se tornar fluido e escorregadio, caso não venha a ser tratado com a consistência teórica que um assunto tão complexo e controverso requer.

Para o autor, a ideologia do trabalhismo, fundamento maior da construção do mito varguista, não surgiu como um passe de mágica na década de 30. Muito menos se constituiu a partir de um ímpeto criativo de Vargas e dos intelectuais or-

gânicos autoritários que alimentaram o governante de novas idéias sobre nação, hierarquia, disciplina, centralização, antiliberalismo, valor do trabalho e modernização. Sua origem, como já anteriormente afirmado por Gomes, em obra citada nesta resenha, retoma décadas anteriores. Cabe lembrar que, entre 1910 e 1914, os anarquistas tiveram forte presença nas lutas do nascente operariado brasileiro, e que na década de 20, os comunistas, embalados pelo êxito da Revolução Russa de 1917, tornaram-se especialmente reivindicativos. Em decorrência, em ambos os períodos as lutas do movimento operário, apesar de restritas a algumas cidades do país, alcançaram efetiva repercussão. Além disso, trabalhadores, que se inspiravam no trabalhismo inglês e na possibilidade de uma terceira via, também levantaram, mesmo que de forma mais suave, sua voz. Paranhos, conseguiu captar muito bem o significado histórico desses movimentos e concluiu que a ideologia do trabalhismo, que foi elaborada e reelaborada, conforme o movimento da história, ao longo dos quinze anos do primeiro governo Vargas, incorporou e se apropriou do discurso ideológico das classes dominadas, tanto no período que precedeu a chegada de Getúlio Vargas ao poder, quanto no decorrer do próprio governo Vargas.

Dessa forma, como afirma Caio Navarro de Toledo no Prefácio ao livro, a ideologia do trabalhismo é identificada pelo autor como “uma fala roubada aos trabalhadores na medida em que é o resultado de um processo de assimilação/apropriação/ressignificação da produção simbólica e ideológica das classes trabalhadoras”. Todavia, Paranhos não apre-

senta um entendimento simplista e linear de que ideologia é tão-somente manipulação e apropriação. Entende que o “trabalhismo é um eco distorcido do movimento operário”, visando alcançar a paz social necessária à implementação do processo de modernização industrializante que o governo projetava para o Brasil naqueles anos. Mas entende também que sem ganhos efetivos, sem materialização de conquistas que signifiquem melhorias nas condições de vida, não há como se consolidar ideologias na mente da população trabalhadora e muito menos não há como se reproduzir a própria ideologia, ou até mesmo torná-la hegemônica.

Para desenvolver esse raciocínio, busca inspiração no conceito de circularidade de Ginsburg e afirma que há uma permanente influência das ideologias das classes dominadas na produção das ideologias dominantes. Não só no terreno da apropriação de conceitos, mas também no de atendimento a determinadas demandas. Com certeza, em nosso entendimento, somente assim é possível construir-se algum tipo de legitimidade governamental junto aos governados. Assim o foi com Vargas. Na verdade, o mito da doação, fundamento maior do que se pode denominar de *trabalhismo getulista*, só alcançou eficácia pois, como bem diz Paranhos, não atuou no vazio. Direitos foram concedidos, mesmo que o governo tenha buscado, e muitas vezes conseguido, transformá-los em instrumento de tutela.

O autor abre a introdução de seu livro com um belo cartão de visita: a letra da música *Três apitos*, de Noel Rosa. Trata-se de um poema da música popular brasileira que aparentemente fala sobre um amor pouco correspondido, mas que na

verdade retrata com maestria o cotidiano de urbanização e industrialização do país nos anos 30. Retrata também a hierarquização e a disciplinarização integrantes dessa nova faceta industrializada do país. Um país que não está à deriva, que “ganhou” novas leis de proteção ao trabalho, leis que, além de sua eficácia econômica, têm um efetivo poder de sedução sobre uma população até então desamparada e sujeita às oscilações do mercado.

Na própria introdução, Paranhos apresenta uma visão do movimento da história bastante perspicaz: a de um processo permeado por conflitos e em permanente construção. Dessa forma, o trabalhismo gestado ao longo dos anos 30 alcançará, para o autor, eficácia maior nos primeiros anos da década de 40, após um período em que se constituiu como uma “obra aberta”, esculpida pelo movimento incessante do próprio processo histórico. Essa proposição é retomada com maior densidade no capítulo II, que é precedido, no capítulo I, por um belo estudo sobre a ideologia autoritária (diga-se a obra de Azevedo Amaral e outros intelectuais orgânicos do autoritarismo). No capítulo III o autor analisa o caráter mobilizador/imobilizador da ideologia trabalhista e no capítulo IV desenvolve o que se pode considerar a essência de sua argumentação, ou seja, analisa os princípios e fundamentos da ideologia trabalhista.

Como se não bastasse, tece, nas considerações finais, através de uma análise da bibliografia sobre o tema, densas críticas a alguns autores, que incorrem no que considera os principais equívocos presentes em inúmeras obras que se dedicaram a analisar o trabalhismo e o Estado Novo. Ou seja, Paranhos discorda de historiadores e cientistas políticos que identificam a classe operária dos anos 30 e 40 como silenciosa, presa à manipulação governamental, incapaz de esboçar qualquer resistência, marcada por uma ausência de história própria. Em suma, podemos concluir que, ao finalizar seu livro, destaca uma interpretação, com a qual compartilhamos integralmente, de que a classe operária, através da circularidade/troca de influências com o Estado, foi sujeito histórico presente no cenário político nacional. Em decorrência, foi altamente considerada por um governo que, paradoxalmente, teve como sua marca maior o autoritarismo.

Por fim, vale ressaltar que as análises de Paranhos vêm acrescentar novas luzes ao que de melhor se tem publicado sobre os anos 30 e sobre o trabalhismo, destacando-se os trabalhos de Maria Célia Paoli², Jorge Ferreira³, Maria Helena Capelato⁴ e o já citado livro, *A invenção do trabalhismo* de Ângela de Castro Gomes.

Para finalizar, retomaremos análise

² Paoli, Maria Célia. “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros” in Lopes, José Sérgio Leite (coord.) *Cultura e identidade operária*. São Paulo, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

³ Ferreira, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1997.

⁴ Capelato, Maria Helena. *Multidões em cena – propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

do próprio Paranhos sobre o trabalhismo. O autor considera que por sua dimensão e repercussão constituiu-se como uma “*re-
ligião civil*”. Marcada por paradoxos, a ideologia do trabalhismo apresentava

duplicidade: imobilizava e chamava à mobilização. Marcou, todavia, de forma peculiar um tempo histórico no qual o Estado não pôde fechar seus ouvidos às vozes do trabalho.

Carlos Eduardo Jordão Machado

Um capítulo da história da modernidade estética: debate sobre o expressionismo. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

Fernanda Pitta (doutoranda do IFCH, Unicamp).

O livro de Carlos Eduardo Jordão Machado faz uma reconstrução esmerada do debate em torno do expressionismo alemão, ocorrido nos anos de ascensão do nazismo imediatamente precedentes à eclosão da II Guerra Mundial. A partir das posições e argumentos de seu mais importante crítico, Georg Lukács, de defensores como Ernest Bloch, além de partidários das vanguardas como Bertolt Brecht, e de Walter Benjamin, o autor expõe em detalhes as ambigüidades e pontos cegos deste que é um dos mais significativos movimentos das vanguardas históricas – talvez aquele que melhor expressa a complicada relação entre arte e política na modernidade.

No Expressionismo, propostas estéticas e ideológicas opostas se mesclaram num caldo explosivo. O que Machado faz, apoiado em textos que traduziu atentamente (que, por sua importância, já valeriam o livro), é um ótimo trabalho de reconstrução histórica, preocupando-se em explicar conceitos e posições estéticas e teóricas, evitando tratar o momento histórico em que eles surgem como mero “contexto” decorativo.

A posição desses autores foi orques-

trada por Machado para explicar os antecedentes da polêmica em torno do expressionismo na revista *Das Vort*, iniciada em 1937 por Klaus Mann, com o artigo intitulado o “Caso Benn”. Nessa disputa, que se estende por vários números da revista e conta com diversos interlocutores, alguns representantes da esquerda alemã condenaram o expressionismo por acreditarem que ele compartilhava o mesmo espírito do fascismo. Outros repreenderam especificamente as tentativas feitas por intelectuais alemães, especialmente Gottfried Benn, mas também Stefan George, de aproximar o expressionismo ao nazismo, justamente no momento em que a arte expressionista era estigmatizada como “arte degenerada”.

Outra ala da esquerda sai em defesa do movimento ou por considerá-lo essencialmente antifascista, lembrando que participantes como Brecht, Wolf e Zech tornaram-se antifascistas radicais, afirmando que o expressionismo não poderia ser pensado fora do contexto das vanguardas européias ou separado de sua oposição à guerra e sua luta pela democracia. Faz-se também a defesa de seu anticapitalismo, do espírito de revolta e crítica.

Lukács entrará nesse debate reforçando a idéia de que o expressionismo tinha relações com o fascismo (idéia que já vinha sendo elaborada por ele desde o início da década de 30). Curiosamente, ele retoma em sua crítica alguns dos argumentos que os hitleristas utilizavam no ataque a essa vanguarda, avaliando negativamente os elementos presentes nas obras expressionistas, tais como a fuga da realidade, o “decadentismo” burguês, a falta de perspectiva e sentido na vida. Mas sua crítica, em vez do dogmatismo dos nazistas, respaldava-se numa concepção própria da autonomia da obra de arte como uma totalidade coerente, que se afastava tanto das vanguardas quanto do realismo socialista (concepção essa que viria a ser a base de todo o seu antivanguardismo).

Machado desenvolve com pertinência essa apreciação lukacsiana da cultura como fenômeno inseparável da totalidade da realidade objetiva, mostrando como sua posição vai se articulando desde as “Teses de Blum”(1928) até “O Grande Hotel ‘Abismo’” e “Grandeza e decadência do expressionismo”(1934), culminando no texto que se soma ao debate em *Das Vort*, “Trata-se do realismo!”(1938).

Para Lukács, a criação artística deve reproduzir o real em sua integridade e totalidade, não somente em sua imediatez. Seu julgamento acerca da qualidade da arte a valorizava ou não na medida de sua relação com a representação da realidade, superando a “aparência” da impossibilidade de conhecê-la. Desse modo, a condenação do expressionismo se justificava, dentro de sua teoria, pelo fato de o movimento se afastar da forma realista. Lukács entendia esse afastamento como a essência e a tragédia da arte

moderna. A recusa da realidade exprimiria verdadeiramente o ódio, o horror e o desprezo pelo regime político e social da época, mas também uma alienação de classe do artista burguês. Uma visão total do processo real adquirida na práxis seria o que poderia dar novamente às obras de arte moderna uma significação épica, isto é, coerente, da vida.

Lukács reconhecia que as características da modernidade se impõem objetivamente às consciências, como ideologia, impedindo o acesso à realidade das relações sociais e ao seu significado. Mas a contingência da vida moderna seria mera aparência, a ser superada através do método realista. Pois o “verdadeiro artista” deveria saber distinguir entre a essência objetiva do mundo e sua aparência. As experiências artísticas da modernidade não tinham para ele nenhuma validade estética porque canonizavam a experiência subjetiva do artista, fazendo a deformação do mundo passar por fundamento de toda realidade.

Os argumentos em defesa da herança expressionista viriam afirmar, ao contrário, que os fenômenos da modernidade não eram mera aparência a ser descartada. Benjamin e Bloch, por exemplo, compartilhavam a idéia de que a impossibilidade da representação realista era resultado de uma mudança estrutural na experiência, não de sua deformação em função da realidade social do capitalismo tardio, como acreditava Lukács. Isso apesar de Benjamin não defender a herança expressionista nos termos de Bloch, já que considerava significativa a conexão estabelecida por Lukács entre o expressionismo e o fascismo.

A leitura do livro de Machado nos proporciona entender a diferença no tra-

tamento da arte moderna por parte desses autores em relação a Lukács. Ela parece residir em uma concepção da ideologia como algo que informa a experiência, devendo ser desvendada a partir do fenômeno ilusório particular e não como um véu a ser levantado a partir da reconstrução da totalidade. Seria preciso partir de dentro da estrutura do fenômeno cultural para salvar seu conteúdo de verdade em meio a sua ambigüidade, não descartá-lo. Os grandes autores da modernidade podem ser recuperados (isto é, a sua herança pode ser reapropriada, nos termos de Bloch, ou a sua história pode ser escovada a contrapelo, nos termos de Benjamin), porque levaram até o limite a consciência de sua classe através das imposições de seu fazer artístico. Pois para esses críticos a arte trabalha a matéria da ideologia artisticamente e, nessa operação, mantém a possibilidade de desvendá-la e de reencontrar as aspirações malogradas que a época histórica cunhou e não pôde realizar.

A arte moderna foi capaz de revelar os meandros da ideologia precisamente quando a escondia, mimetizava ou invertia. Por esse motivo, passava a requerer sua decifração objetiva, em descontinuidade com seus propósitos explícitos. O princípio da “arte pela arte” não poderia mais ser encarado como mera fuga, deveria ser visto como uma estratégia artística em tempos de repressão social e da administração moderna do mundo. Assim, contrariamente ao que seria de se esperar, as constantes quebras da estrutura realista, inauguradas pelas novas estratégias lingüísticas e perceptivas, tor-

navam-se ferramentas para expressar a nova realidade. O “esteticismo” das experiências da arte de vanguarda servia à expressão realista do novo estado de coisas. A fratura da forma realista, ou seja, a falta de organicidade e coerência do mundo representado na obra de arte moderna, deveria ser entendida como impossibilidade objetiva que se fundamentava no impasse histórico que o momento capitalista impunha às consciências, com a mudança no caráter da experiência e a interiorização da forma-mercadoria na forma da consciência. A crítica de arte moderna deveria centrar-se a partir de então justamente em uma leitura crítica dessas “fantasmagorias”. Vê-se, portanto, que esse nada mais era do que o terreno da crítica imanente, advogada por Lukács e curiosamente, como aponta Machado, ausente em sua abordagem das obras das vanguardas.

Benjamin resumiu o problema que a arte moderna colocava aos seus críticos, afirmando a urgência de se perguntar pelo aspecto humano desses novos universos formais. Pois se, fruto do progresso técnico desenfreado, esses novos universos deixaram de ser incorporados à humanidade e se tornaram formas hostis a ela, a arte poderia ser exemplo para a configuração de uma nova experiência na qual essas formas reencontrariam um lugar. Desse modo, a arte, considerada “refratária ao progresso”, poderia servir na determinação de seu verdadeiro núcleo. E não é o menor dos méritos do livro de Carlos Eduardo Jordão Machado ter enveredado por esse caminho, ao trazer luz novamente à viva e ambígua tradição do expressionismo.